

Fazer o que ainda não foi feito

Por mais que se fale das *agências de ratings* ou dos *mercados*, com o mesmo escárnio com que comentadores desportivos falam de árbitros, o facto é que vai ser cada vez mais caro pedir emprestado ao estrangeiro. Com a dívida pública a ultrapassar os 140 mil milhões de euros, os encargos com os juros vão aumentar substancialmente. A Comissão Europeia prevê que 3.5% da riqueza produzida no nosso país será canalizada para o pagamento dos juros da dívida pública já em 2011. *Se os juros comem à mesa com a gente*, Portugal vai começar a servir banquetes enquanto come caldo verde.

Este processo de endividamento terá de ser contido e revertido. Por isso, ainda que possa ser contra-producente reduzir a despesa pública numa fase negativa do ciclo económico, não temos outra solução. Problema complicado é como o fazer. Por muito que se reduzam os “desperdícios”, o número das administrações públicas ou o número de cargos políticos, que é importante para melhorar a eficiência do Estado, estas medidas terão sempre pouco peso. Qualquer solução efectiva terá de incluir uma redução significativa e abrangente dos salários no sector público.

A primeira reacção à proposta de um corte dos salários no sector público será sempre negativa. No entanto, é preciso ter coragem para a discutir sem preconceitos pois, nunca pondo em causa a importância dos funcionários públicos, existem razões que a sustentam.

O processo de determinação dos salários na função pública é muito diferente do sector privado. Imaginemos uma fábrica onde as remunerações aumentam sucessivamente acima da produtividade. O momento chegará em que os custos tornar-se-ão superiores ao preço praticado no mercado, condenando a empresa a abandonar a actividade. Ora, no sector público não existe um mecanismo similar para corrigir aumentos excessivos de salários relativamente ao sector privado, que se acumulam com o passar dos anos, por efeito dos ciclos políticos e da pressão sindical.

Efectivamente, em Portugal esta tendência existe. Em 2005, 13.5% da população activa trabalhava para o Estado, um nível inferior à média na zona Euro. Mas enquanto os países da zona Euro gastavam 11% do PIB com a massa salarial, Portugal gastava 14.5%. A Suécia, onde o Estado empregava 28.3% da população activa, gastava 15.8% do PIB. Isto mostra que o problema não está no emprego público, mas sim nos seus salários.

É natural que o salário médio seja mais elevado no sector público, pois emprega mais licenciados. Mas estudos do Banco de Portugal mostram que, em média, pessoas com características similares (educação, experiência, etc.) recebem mais no sector público. Este “prémio”, que era de 9% em 1996, aumentou para 16% em 2005.

Para além de vencimentos mais elevados, a generalidade dos trabalhadores do Estado tem um outro benefício extraordinário relativamente ao sector privado: a segurança. Ao oferecer salários mais elevados e mais segurança, o Estado cria uma assimetria enorme no mercado de trabalho. Entre os sintomas desta assimetria estão o número de candidaturas por cada vaga aberta no sector público, a pressão junto do poder político para os *jobs for the boys*, enquanto são poucos os trabalhadores do Estado a despedirem-se para ir trabalhar no sector privado.

A redução dos salários no sector público deve ser vista como uma medida estrutural para atenuar esta assimetria. Mas, dada a conjuntura de crise económica e orçamental, acaba por ser a melhor opção para cortar a despesa. Embora esta redução tenha um efeito negativo na procura, este é certamente mais fraco do que outro tipo de cortes. O emprego público, o investimento público ou o subsídio de desemprego são componentes da despesa mais fortes a estimular a economia e como tal é mais desaconselhado a sua redução durante uma recessão.

Mais: a teoria sugere que esta medida pode funcionar como um choque no mercado de trabalho, contribuindo para uma redução dos salários no sector privado (que segundo Paul Krugman é essencial para Portugal recuperar alguma competitividade), incentivando a criação de emprego e reduzindo o desemprego. Política semelhante foi seguida com sucesso nos países nórdicos que optaram por ter um elevado número de funcionários públicos, oferecendo mais segurança a troco de salários mais baixos. Este é um dos segredos para terem taxas de desemprego tão baixas com um peso do Estado no mercado de trabalho tão elevado. Já em Portugal, o esforço para a contenção da massa salarial desenvolvido pelo governo desde 2005 tem sido centrado mais na redução do emprego público (nos últimos 4 anos houve uma diminuição de cerca de 73 mil funcionários públicos).

Para ficarmos com uma ideia, um corte de 10% nos salários permitiria reduzir a despesa em 2 mil milhões de euros por ano, o equivalente a 1.4% do PIB. Esta poupança poderia ser utilizada para, simultaneamente, reduzir o défice, reduzir impostos ou aumentar outro tipo de despesa que tenha maiores efeitos na procura ou que contribua mais para a redução da pobreza. Para conseguir uma diminuição na despesa da mesma magnitude seria preciso abolir o subsídio de desemprego ou

reduzir 73 mil funcionários públicos. Mesmo todas as privatizações previstas no PEC irão gerar 1.5 mil milhões de euros por ano, durante apenas 4 anos.

Que não haja dúvidas. Nenhum outro caminho permite uma redução da despesa pública significativa, sem um efeito tão negativo na procura, promovendo a equidade entre o sector público e privado no mercado de trabalho, incentivando a criação de emprego, não atacando o estado social, garantindo o fornecimento de serviços públicos e evitando problemas sociais mais graves.

Claro que uma medida deste género é extremamente difícil de implementar, e os políticos sabem-no. Eu próprio, que em Setembro vou começar a trabalhar numa universidade em Madrid, recebi um corte de 5% no salário contratualizado, ainda antes de começar a trabalhar. Se gostei? Não, mas tenho que aceitar que os sacrifícios sejam repartidos. A crise já chegou ao sector privado, mas ainda não afectou os funcionários públicos, protegidos do desemprego e de redução dos seus salários. Todos nós vamos ter de nos habituar a um nível de vida mais baixo do vivido no passado recente e os funcionários públicos acabarão também por compreender a medida.

Cabe agora aos políticos explicar porque é que este é o melhor caminho e, para uma aceitação mais pacífica, tomar outras medidas exemplares. Medidas como desencorajar a acumulação de reformas ou a sua atribuição precoce, dificultar o duplo emprego, reduzir os salários de gestores públicos, reduzir o número de cargos políticos ou mesmo o número de deputados, reformar a administração pública (eliminando juntas de freguesias, concelhos e os governos cívicos) ou fazer um orçamento de base zero, dariam algum capital político para conseguir reduzir os salários no sector público.

Mas os políticos parecem mais interessados em esperar. Se tiverem sorte, esperar por um alívio na pressão dos *mercados*, que pode acontecer se os Estados Unidos tiverem necessidade de um outro pacote de estímulo, se a União Europeia tiver uma retoma rápida ou se houver um milagre como a descoberta de petróleo. Não acontecendo, esperam que a situação se torne tão dramática que esta medida seja imposta por Bruxelas, como foi feito na Grécia. Mas que não haja ilusões. Mais cedo ou mais tarde terá de ser feito, e para o bem do país, quanto mais cedo melhor.

Pedro Maia Gomes

Professor na Universidade Carlos III, Madrid

4 de Setembro de 2010

personal.lse.ac.uk/gomesp/1-Academia/Press.htm

